

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	10
DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022	11
DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021	12
Demonstração de Valor Adicionado	13
Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	19

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	44
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2023
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	667.013.209
Preferenciais	0
Total	667.013.209
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1	Ativo Total	2.174.423	2.149.391	1.975.084
1.01	Ativo Circulante	221.887	189.759	162.808
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	8.899	7.527	2.040
1.01.02	Aplicações Financeiras	16.830	0	0
1.01.03	Contas a Receber	186.945	177.242	158.343
1.01.03.01	Clientes	23.206	19.930	15.879
1.01.03.01.01	Concessionárias e Permissionárias	23.206	19.930	15.879
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	163.739	157.312	142.464
1.01.03.02.03	Concessão do Serviço Público - Ativo de Contrato	163.739	157.312	142.464
1.01.06	Tributos a Recuperar	7.512	3.114	1.773
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	7.512	3.114	1.773
1.01.07	Despesas Antecipadas	1.101	671	641
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	600	1.205	11
1.01.08.03	Outros	600	1.205	11
1.02	Ativo Não Circulante	1.952.536	1.959.632	1.812.276
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.950.764	1.959.126	1.811.463
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	59.066	58.901	0
1.02.01.04	Contas a Receber	1.879.958	1.881.840	1.694.906
1.02.01.04.04	Concessão do Serviço Público - Ativo de Contrato	1.879.958	1.881.840	1.694.906
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	0	0	58.952
1.02.01.09.01	Créditos com Coligadas	0	0	58.952
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	11.740	18.385	57.605
1.02.01.10.03	Outros Créditos	11.604	18.259	0
1.02.01.10.04	Depósitos Judiciais	136	126	114
1.02.01.10.05	Títulos de Renda Fixa	0	0	229
1.02.01.10.06	Caixa Restrito	0	0	38.350
1.02.01.10.07	Adiantamentos a Fornecedores	0	0	2.035
1.02.01.10.08	Compras em Andamento	0	0	57

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
1.02.01.10.09	Direito de Uso em Homologação	0	0	16.820
1.02.03	Imobilizado	641	440	813
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	641	440	813
1.02.04	Intangível	1.131	66	0
1.02.04.01	Intangíveis	1.131	66	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2	Passivo Total	2.174.423	2.149.391	1.975.084
2.01	Passivo Circulante	136.559	105.089	89.426
2.01.02	Fornecedores	14.618	2.519	8.758
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	14.618	2.519	8.758
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.445	9.730	4.624
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.445	9.730	4.624
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.445	9.730	4.624
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	83.966	80.558	73.240
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	15.761	15.884	12.574
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	15.761	15.884	12.574
2.01.04.02	Debêntures	68.205	64.674	60.666
2.01.05	Outras Obrigações	34.530	12.282	0
2.01.05.02	Outros	34.530	12.282	0
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	29.809	0	0
2.01.05.02.04	Encargos setoriais	1.438	0	0
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	3.283	12.282	0
2.01.06	Provisões	0	0	2.804
2.01.06.02	Outras Provisões	0	0	2.804
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	0	0	2.804
2.02	Passivo Não Circulante	1.021.336	1.060.721	982.573
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	535.692	585.042	629.956
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	132.318	147.298	162.277
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	132.318	147.298	162.277
2.02.01.02	Debêntures	403.374	437.744	467.679
2.02.02	Outras Obrigações	463.658	418.182	340.307
2.02.02.02	Outros	463.658	418.182	340.307
2.02.02.02.01	Obrigações por Pagamentos Baseados em Ações	1.124	0	0
2.02.02.02.03	Impostos e contribuições sociais	189.042	188.622	169.957

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2023	Penúltimo Exercício 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 31/12/2021
2.02.02.02.04	Impostos e contribuições sociais diferidos	261.671	229.560	170.350
2.02.02.02.05	Fornecedores	11.821	0	0
2.02.04	Provisões	21.986	57.497	12.310
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	21.986	57.497	12.310
2.03	Patrimônio Líquido	1.016.528	983.581	903.085
2.03.01	Capital Social Realizado	667.013	667.013	667.013
2.03.04	Reservas de Lucros	349.515	316.568	236.072
2.03.04.01	Reserva Legal	29.166	26.028	20.544
2.03.04.04	Reserva de Lucros a Realizar	29.809	0	0
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	52.112	52.112	0
2.03.04.06	Reserva Especial para Dividendos Não Distribuídos	186.047	186.045	162.516
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	3.516	3.516	3.516
2.03.04.10	Reserva de capital	48.865	48.867	49.496

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	171.238	329.692	192.725
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-39.251	-35.036	-53.162
3.03	Resultado Bruto	131.987	294.656	139.563
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	10.516	-69.304	-30.931
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	10.516	-69.304	-30.931
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	142.503	225.352	108.632
3.06	Resultado Financeiro	-47.636	-56.434	-47.992
3.06.01	Receitas Financeiras	6.824	5.339	852
3.06.02	Despesas Financeiras	-54.460	-61.773	-48.844
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	94.867	168.918	60.640
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.111	-59.210	-22.961
3.08.01	Corrente	-1	0	0
3.08.02	Diferido	-32.110	-59.210	-22.961
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	62.756	109.708	37.679
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	62.756	109.708	37.679
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,09	0,16	0,06

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	62.756	109.708	37.679
4.03	Resultado Abrangente do Período	62.756	109.708	37.679

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	118.535	90.774	51.817
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-47.447	-72.770	-86.745
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	62.756	109.708	37.679
6.01.01.02	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	32.111	59.210	22.962
6.01.01.03	Pis e Cofins Diferidos	420	18.665	6.189
6.01.01.04	Remuneração do ativo de contrato de concessão	-156.911	-356.753	-200.717
6.01.01.05	Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - liquidas	47.129	53.108	46.212
6.01.01.06	(Reversões) provisões para contingências	-36.763	42.961	-4.572
6.01.01.07	Depreciação e Amortização	151	331	5.502
6.01.01.09	Receita das margens da obrigação de performance da construção	3.660	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	165.982	163.544	138.562
6.01.02.01	(Aumento) de tributos a recuperar	-4.398	-1.341	1.086
6.01.02.03	(Aumento) de despesas antecipadas	-430	0	0
6.01.02.05	(Aumento) de depósitos judiciais	-10	-12	16.353
6.01.02.06	(Aumento) diminuição de outros créditos	-14.594	6.246	6.489
6.01.02.07	Aumento (diminuição) aumento de fornecedores	23.120	-6.239	1.555
6.01.02.09	(Diminuição) aumento de impostos e contribuições sociais	-3.103	6.122	-5.877
6.01.02.10	Aumento de outras contas a pagar	15.374	7.848	1.857
6.01.02.11	Imposto de renda e contribuição social pagos	-3.182	0	0
6.01.02.12	Diminuição de concessionárias e permissionárias	153.947	150.920	133.919
6.01.02.13	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-742	0	-16.820
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-18.908	-16.921	-15.885
6.02.06	Adições Intangível e imobilizado	-1.417	-217	-287
6.02.07	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	-9.953	-16.704	-15.598
6.02.08	Aplicações em Linhas de Transmissão de Energia	-7.538	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-98.255	-68.366	-55.242
6.03.08	Partes Relacionadas	0	28.005	24.352
6.03.09	Pagamento Dividendos	0	-4.275	0

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
6.03.10	Pagamento de empréstimos e debentures - principal	-81.156	-72.677	-59.176
6.03.11	Pagamento de empréstimos - e Debêntures - juros	-17.099	-19.419	-20.418
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	1.372	5.487	-19.310
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	7.527	2.040	21.350
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	8.899	7.527	2.040

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	48.865	267.703	0	0	983.581
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	48.865	267.703	0	0	983.581
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	62.756	0	62.756
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	62.756	0	62.756
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	32.947	-62.756	0	-29.809
5.06.04	Reserva Legal	0	0	3.138	-3.138	0	0
5.06.05	Reserva Especial de Dividendos	0	0	0	-29.809	0	-29.809
5.06.06	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	29.809	-29.809	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.865	300.650	0	0	1.016.528

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/12/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	49.496	186.576	0	0	903.085
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	49.496	186.576	0	0	903.085
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-631	-28.581	0	0	-29.212
5.04.06	Dividendos	0	0	-28.581	0	0	-28.581
5.04.08	Programa de Remuneração Variável- ILP	0	-631	0	0	0	-631
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	109.708	0	109.708
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	109.708	0	109.708
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	109.708	-109.708	0	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	5.484	-5.484	0	0
5.06.05	Reserva Especial de Dividendos	0	0	52.112	-52.112	0	0
5.06.06	Reserva de Retenção de Lucros	0	0	52.112	-52.112	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	48.865	267.703	0	0	983.581

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	667.013	49.496	148.897	0	0	865.406
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	667.013	49.496	148.897	0	0	865.406
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	37.679	0	37.679
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	37.679	0	37.679
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	37.679	-37.679	0	0
5.06.01	Constituição de Reservas	0	0	37.679	-37.679	0	0
5.07	Saldos Finais	667.013	49.496	186.576	0	0	903.085

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023	Penúltimo Exercício 01/01/2022 à 31/12/2022	Antepenúltimo Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021
7.01	Receitas	195.621	367.001	215.309
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	195.621	367.001	215.309
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-22.493	-86.357	-60.924
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-47.974	-49.709	-68.011
7.02.04	Outros	25.481	-36.648	7.087
7.03	Valor Adicionado Bruto	173.128	280.644	154.385
7.04	Retenções	-151	-331	-809
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-151	-331	-809
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	172.977	280.313	153.576
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	7.157	5.339	852
7.06.02	Receitas Financeiras	7.157	5.339	852
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	180.134	285.652	154.428
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	180.134	285.652	154.428
7.08.01	Pessoal	2.900	11.879	16.359
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.533	9.179	13.525
7.08.01.02	Benefícios	207	1.625	1.909
7.08.01.03	F.G.T.S.	160	1.075	925
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	59.284	99.935	49.545
7.08.02.01	Federais	59.050	99.058	48.343
7.08.02.02	Estaduais	234	877	1.202
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	55.194	64.130	50.845
7.08.03.01	Juros	54.460	61.773	48.844
7.08.03.02	Aluguéis	734	2.357	2.001
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	62.756	109.708	37.679
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	62.756	109.708	37.679

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. | Resultados 2023

Cataguases, 12 de março de 2024 - A Administração da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. | (“Linhas de Macapá”, “LMTE” ou “Companhia”) apresenta os resultados do quarto trimestre (4T23) e do exercício de 2023. As demonstrações financeiras a seguir, foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo International Accounting Standards Board (“IASB”), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, exceto quando indicado de outra forma.

1. Considerações gerais

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. (“LMTE” ou “Companhia”), sociedade por ações de capital aberto, foi constituída em 7 de julho de 2008 e está estabelecida em Minas Gerais, com filiais no Amapá, no Pará e no Rio de Janeiro. A Companhia se encontra em operação, e tem por objeto social a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Essa atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

A Gemini Energy S.A. detêm 85,04% do capital social da Companhia. Os outros 14,96% pertencem ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA.



Gemini

LMTE	LXTE	LTTE
85,04%	83,34%	100%

Segue abaixo quadro com o resumo da concessão:

Nome	Data Assinatura do contrato	UF	Extensão (Km)	Capacidade de transformação MVA	Entrada em Operação	RAP Ciclo 23-24 (R\$ mm) ^(a)	Receitas de Fibra Ótica	Status
LMTE	out/08	AP/PA	685	1.410	jun/13	154,9	22,6	Operacional

(a) Os valores publicados de receita anual permitida (RAP) são referentes ao ciclo 23/24, líquidos de PIS/Cofins e consideram receita adicional de R\$ 2,2 milhões com base na REA nº 11.996/22.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2. Principais Diferenças - Societário X Regulatório

O resultado financeiro das Companhias do segmento de transmissão de energia do Brasil é elaborado a partir de dois métodos de contabilização: 1) Demonstrações Financeiras IFRS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), conhecido como Resultado Societário, com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Demonstrações Financeiras; e 2) Demonstrações Contábeis Regulatórias elaboradas com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), definida como Resultado Regulatório.

Receita: No societário, os investimentos realizados ao longo da concessão são contabilizados como ativo de contrato no balanço patrimonial, sendo reconhecido uma receita de construção de infraestrutura como contrapartida na demonstração de resultados. Além disso, também é contabilizada a remuneração do ativo de contrato com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão. Após a entrada em operação, a receita de construção de infraestrutura deixa de ser contabilizada e a receita operacional dos serviços de operação e manutenção passa a ser reconhecida. Por outro lado, na contabilidade regulatória, os investimentos são tratados como ativo imobilizado, sendo depreciados ao longo de sua vida útil, e a Receita é representada de fato pelos recebimentos após a entrada em operação do ativo (a Receita Anual Permitida, conhecida como RAP) reconhecida mensalmente através do aviso de crédito (AVC), ao longo do prazo da concessão, assemelhando-se à receita percebida no fluxo de caixa operacional.

Custo de Construção: Os custos de implementação de infraestrutura, que são os investimentos realizados durante o período pré-operacional, são reconhecidos no resultado societário enquanto na contabilidade regulatória inexistem.

Depreciação e amortização: No societário, os investimentos relativos às concessões são reconhecidos como ativo de contrato no balanço patrimonial e amortizados pelo recebimento efetivo da RAP. O ativo imobilizado reconhecido no balanço patrimonial refere-se aos bens e não relacionados à concessão. Na contabilidade regulatória, os investimentos realizados na concessão são contabilizados como imobilizado, sofrendo depreciação ao longo da sua vida útil, limitado ao prazo do contrato de concessão.

IR/CSLL: São calculados de acordo com os resultados apurados em cada modalidade de reconhecimento contábil como consequência das diferenças temporárias entre as bases de cálculo societárias e regulatórias, são constituídos os respectivos tributos diferidos.

2.1 Resultado Societário

A adoção do IFRS 9 (CPC 48) ou IFRS 15 (CPC 47) passou a ser obrigatória a partir do mês de janeiro de 2018, e a Companhia optou pelo IFRS 15 (CPC 47), no qual a entidade deve reconhecer as receitas para descrever a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes no valor que reflita a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços (reconhecimento do Ativo de Contrato de Concessão).

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura, da receita de remuneração dos ativos de concessão e receita de operação e manutenção sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme definidas nas normas do CPC 47.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

2.2 Resultado Regulatório

Com relação às Demonstrações Contábeis Regulatórias, cuja contabilização é preparada e elaborada com base na estrutura vigente no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, emitido pela ANEEL, todos os investimentos realizados nas construções das linhas de transmissão e subestações são registrados como ativo imobilizado e a receita operacional que as concessionárias têm direito a receber é chamada de Receita Anual Permitida (RAP), garantida pelo contrato de concessão e anualmente reajustada pela inflação.

2.3 Resultados econômico-financeiros Societário x Regulatório

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro societário da LMTE:

Desempenho Econômico-Financeiro Societário Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita de construção de infraestrutura	5,3	-	-	8,5	-	-
Ganho na eficiência na implementação da infraestrutura	-	-	-	(3,2)	-	-
Receita das margens da obrigação de performance da construção	(0,4)	-	-	(0,4)	-	-
Receita de operação e manutenção	3,2	2,6	+ 20,8	12,6	7,4	+ 68,7
Remuneração dos ativos de concessão	43,7	114,9	- 61,9	156,9	349,3	- 55,1
Outras receitas operacionais	4,5	2,6	+ 76,7	21,3	10,2	+ 107,4
Total da receita bruta	56,3	120,1	- 53,1	195,6	367,0	- 46,7
Deduções da receita	(6,9)	(12,1)	- 42,4	(24,3)	(37,3)	- 34,8
Receita operacional líquida	49,4	108,1	- 54,3	171,2	329,7	- 48,1
PMSO	(26,5)	(14,8)	+ 79,3	(57,2)	(55,4)	+ 3,4
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	1,7	(2,2)	-	33,5	(40,2)	-
Custo de construção	(4,8)	(0,3)	+ 1.354,5	(4,8)	(8,4)	- 43,1
Amortização / Depreciação	(0,0)	(0,2)	- 86,0	(0,2)	(0,3)	- 54,4
Resultado financeiro	(10,4)	(12,5)	- 16,9	(47,6)	(56,4)	- 15,6
Contribuição social e imposto de renda	(6,5)	(26,6)	- 75,5	(32,1)	(59,2)	- 45,8
Lucro líquido	2,8	51,4	- 94,5	62,8	109,7	- 42,8
EBITDA	19,8	90,7	- 78,2	142,7	225,7	- 36,8
Margem EBITDA (%)	40,1	84,0	- 43,9 p.p.	83,3	68,5	+ 14,9 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Principais impactos do resultado societário:

Receita operacional líquida societária: a receita líquida IFRS totalizou R\$ 49,4 milhões no 4T23, uma redução de R\$ 58,7 milhões em comparação ao 4T22 ocasionada basicamente pela aplicação do reconhecimento da inflação mensal retroativa referente aos meses de julho/22 e dezembro/22, com impacto positivo de R\$ 56,0 milhões na receita de remuneração dos ativos de contrato no 4T22.

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 26,5 milhões no 4T23, aumento de 79,3% na comparação com o 4T22 devido: (i) maiores gastos com melhorias da infraestrutura de transmissão (R\$ 3,2 milhões) e (ii) maiores despesas com consultores jurídicos e operacionais (R\$ 7,8 milhões);

Demais despesas operacionais: No 4T23, a rubrica teve uma redução de R\$ 3,9 milhões ocasionada pelas alterações de prognóstico de contingências fiscais (-R\$ 7,2 milhões), impacto compensado em parte pelas maiores despesas com materiais de expediente e consumo (+R\$ 3,3 milhões).

Custo de construção: a linha de custo de construção alcançou R\$ 4,8 milhões, um aumento R\$ 4,5 milhões no 4T23 em comparação com o 4T22 em função dos gastos relacionados ao reforço de pequeno porte autorizado pela Aneel através do despacho 1.239/2022 e pelo reforço de grande porte aprovado pela ANEEL através da resolução REA 14.314/2023.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 19,8 milhões no 4T23, redução de R\$ 71,0 milhões em relação ao registrado no 4T22, devido aos eventos descritos acima.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido das receitas e despesas financeiras, reduziram 16,9%, alcançando R\$ 10,4 milhões no 4T23 na comparação com o 4T22, em função de (i) menor endividamento bruto em razão dos pagamentos de principal e juros de empréstimos realizados no período e (ii) pela variação da TJLP, indexador da dívida bruta da companhia.

Lucro líquido: a Companhia registrou um lucro de R\$ 2,8 milhões no 4T23, redução de 94,5% na comparação entre 4T23 e 4T22 em virtude principalmente dos eventos mencionados na linha de Receita operacional líquida.

Resume-se, a seguir, o desempenho econômico-financeiro regulatório da LMTE:

Aviso: Os resultados regulatórios são elaborados com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico emitida pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), cujo conteúdo tem a finalidade de apresentar uma análise do desempenho regulatório/gerencial das transmissoras, seguindo as práticas do mercado de transmissão, não sendo considerado como relatório econômico-financeiro oficial da Companhia para a Comissão de Valores Mobiliários (CVM), que segue as normas contábeis internacionais do IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). Vale lembrar que as Demonstrações Contábeis Regulatórias (DCR's) são auditadas anualmente até 30 de abril de cada exercício na entrega das demonstrações contábeis regulatórias à ANEEL. Assim, os assuntos relacionados especificamente à contabilidade regulatória divulgados anteriormente à conclusão das DCRs são passíveis de alterações.

Desempenho Econômico-Financeiro Regulatório Resultados - R\$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T23	4T22	Var. %	2023	2022	Var. %
Receita anual permitida	47,0	44,3	+ 6,0	191,0	165,2	+ 15,6
Total da receita bruta	47,0	44,3	+ 6,0	191,0	165,2	+ 15,6
Deduções da receita	(7,1)	(5,1)	41,2	(23,9)	(18,6)	28,3
Receita operacional líquida	39,8	39,3	+ 1,4	167,1	146,6	+ 14,0
PMSO	(26,9)	(17,0)	+ 57,8	(54,8)	(53,2)	+ 3,1
Demais despesas operacionais ⁽¹⁾	4,9	-	-	36,7	(40,2)	-
Amortização / Depreciação	(13,3)	(12,4)	6,8	(46,9)	(50,2)	- 6,6
Resultado financeiro	(10,4)	(12,5)	- 16,9	(47,6)	(56,4)	- 15,6
Contribuição social e imposto de renda	(1,4)	4,6	-	(18,4)	19,9	-
Lucro líquido	(7,2)	1,9	-	36,1	(33,5)	-
EBITDA	17,8	22,2	-19,7	149,1	53,2	180,2
Margem EBITDA (%)	44,8	56,6	- 11,8 p.p.	89,2	36,3	+ 52,9 p.p.

(1) Considera provisões e reversões de contingências trabalhista, cíveis, regulatórias, ambientais e fiscal e outras receitas/despesas.

Receita operacional líquida: a receita líquida regulatória totalizou R\$ 39,8 milhões no 4T23, um aumento de 1,4% em comparação ao 4T22 ocasionado principalmente pelo reajuste tarifário da RAP (Receita Anual Permitida) conforme Resolução Homologatória nº 3.216 da ANEEL.

PMSO: a rubrica alcançou R\$ 26,9 milhões no 4T23, aumento de 57,8% na comparação com o 4T22 devido ao (i) aumento dos gastos com melhorias da infraestrutura de transmissão (R\$ 3,2 milhões) e (ii) despesas com consultores jurídicos e operacionais (R\$ 7,8 milhões)

Demais despesas operacionais: No 4T23, a rubrica teve uma redução de R\$ 4,9 milhões ocasionada pelas alterações de prognóstico de contingências fiscais (R\$ 7,2 milhões), impacto compensado pelos maiores despesas com materiais de expediente e consumo.

EBITDA e margem EBITDA: o EBITDA alcançou R\$ 17,8 milhões no 4T23, redução de R\$ 4,4 milhões em relação ao EBITDA do 4T22, devido aos eventos descritos acima.

Resultado financeiro: O resultado financeiro líquido das receitas e despesas financeiras, reduziram 16,9%, alcançando R\$ 10,4 milhões no 4T23 na comparação com o 4T22, em função: (i) do menor endividamento bruto

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

em razão dos pagamentos de principal e juros de empréstimos realizados no período e, (ii) da variação da TJLP, indexador da dívida bruta da companhia.

Lucro líquido: a Companhia registrou um prejuízo de 7,2 milhões no 4T23, redução de R\$ 9,0 milhões na comparação com o 4T22 em virtude dos eventos mencionados acima.

3. Estrutura de capital

3.1 Caixa e endividamento

A posição de caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras totalizou R\$ 84,8 milhões em dezembro, frente aos R\$ 103,9 milhões registrados em setembro de 2023.

Em dezembro, a dívida líquida foi de R\$ 534,9 milhões, contra R\$ 546,5 milhões em setembro de 2023.

A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos períodos a seguir:

Descrição Valores em R\$ milhões	31/12/2023	30/09/2023	30/06/2023
Circulante	84,0	82,1	80,8
Empréstimos e financiamentos	15,0	15,0	15,0
Debêntures	68,2	66,4	65,9
Encargos de dívidas	0,8	0,8	0,9
Não Circulante	535,7	568,3	563,1
Empréstimos e financiamentos	132,3	136,1	139,8
Debêntures	403,4	432,2	423,3
Total das dívidas	619,7	650,4	643,9
(-) Disponibilidades financeiras:	84,8	103,9	83,3
Total das dívidas líquidas	534,9	546,5	560,6

4. Dividendos

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 11 de março de 2024, aprovou a deliberação dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, no montante de R\$ 29.808.808,11, para a reserva especial de dividendos, conforme artigo 202, parágrafo 4º e 5º da Lei 6.404/76.

A Administração.

Notas Explicativas

Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o
exercício findo em 31 de dezembro de 2023
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1. Contexto operacional

A Linhas de Macapá Transmissora de Energia S/A ("Companhia" ou "LMTE"), com sede na cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade anônima de capital aberto registrada junto a Comissão de Valores Mobiliários - CVM categoria "B", cujo objeto social é a exploração de concessões de serviços públicos de transmissão de energia.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 19 de setembro de 2022 foi aprovado a alteração do endereço da sede da Companhia para a cidade de Cataguases, Estado de Minas Gerais.

1.1 Contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica

Em 27 de junho de 2008 a Isolux Ingenieria S.A. (ex-controladora da Gemini Energy) foi declarada vencedora do Leilão Público nº 004/2008, realizado na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, para a aquisição da Concessão de Transmissão de Energia Elétrica referente ao lote B, linha Oriximiná-Macapá.

No dia 16 de outubro de 2008, a Companhia assinou o Contrato de Concessão nº 009/2008 ANEEL, que outorgou a Companhia pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 16 de setembro de 2038, a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, para construção, operação e manutenção das instalações de transmissão, localizadas nos Estados do Amapá e Pará composto por linhas transmissão em 500 kV c2 e 230 kV c2, e pela ampliação da subestação Jurupari em 500 kV (900 MVA).

As instalações entraram em operação comercial em 12 de junho de 2013 (Tramo de 500 kV) e em 22 de janeiro de 2014 (Tramo 230 kV).

Os contratos de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica contêm cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão, efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da Companhia, previstas no contrato de concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica para implementar, operar, explorar e manter as linhas de transmissão pertencentes a rede básica do sistema interligado-SIN por um período de 30 anos são:

I - Operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações localizados em sua área de concessão;

II - Realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência e segurança em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - Organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade e providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico;

IV - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória;

V - Submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VI - Manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes;

Notas Explicativas

VII - Operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, por no máximo igual período de acordo com o que dispõe o § 3º art. 4º da Lei nº 9.074 de 1995, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 11 de março de 2024.

2.2 Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 22.

2.3 Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- I. Nota explicativa nº 8 - Créditos tributários impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
- II. Nota explicativa nº 10 - Concessão do serviço público (ativo de contrato);
- III. Nota explicativa nº 15 - Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

3.1 Principais políticas contábeis

- a. **Caixa e equivalentes de caixa** - os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

b. **Instrumentos financeiros**

Ativos financeiros:

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração - CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9	
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou

Notas Explicativas**Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9**

Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (baseados na performance de um ativo).

Notas Explicativas

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2023, compreendem os saldos a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração - os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente - a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de hedge nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivos financeiros ao custo amortizado - Após o reconhecimento inicial, os passivos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

- c. **Concessionárias e permissionárias** - refere-se aos valores de contas a receber de faturas emitidas pelo Uso do Sistema de Transmissão, contabilizada com base no regime de competência.
- d. **Ativo de contrato de concessão** - corresponde ao contrato de concessão no 43/2017 do serviço público de transmissão de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia. As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para a aplicação do Pronunciamento Técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, está atendido de forma a refletir o negócio de transmissão de energia elétrica.

Conforme previsto no contrato de concessão, uma transmissora de energia é responsável por transportar a energia dos centros de geração até os pontos de distribuição. Para cumprir essa responsabilidade, a transmissora possui duas obrigações de desempenho distintas: (i) construir e (ii) manter e operar a infraestrutura de transmissão.

Ao cumprir essas duas obrigações de desempenho, a transmissora de energia mantém sua infraestrutura de transmissão disponível para os usuários e em contrapartida recebe uma remuneração denominada Receita Anual Permitida (RAP), durante toda a vigência do contrato de concessão.

Notas Explicativas

O ativo de contrato de concessão se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo de contrato equivalente à contraprestação daquele mês, pela satisfação da obrigação de desempenho de construir, torna-se um contas a receber.

O valor do ativo de contrato da Companhia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

Os fluxos de caixa são definidos a partir da Receita Anual Permitida (RAP), que é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão e eventuais investimentos não amortizados (bens reversíveis) geram o direito de indenização do Poder Concedente ao final do contrato, conforme o tipo de concessão. Estes fluxos de recebimentos são: (i) remunerados pela taxa implícita que representa o componente financeiro do negócio estabelecida no início de cada projeto, que varia entre 3% e 8% ao ano; e (ii) atualizados pelo IPCA.

A implementação da infraestrutura, atividade executada durante fase de obra, tem o direito a contraprestação vinculado a performance de finalização da obra e das obrigações de desempenho de operar e manter, e não somente a passagem do tempo, sendo o reconhecimento da receita e custos das obras relacionadas à formação deste ativo através dos gastos incorridos.

Para estimativas referentes a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, o poder concedente). A taxa aplicada para o valor presente líquido da margem de construção e de operação é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento, como também o reconhecimento da receita de operação e manutenção decorrente dos custos incorridos necessários para cumprir obrigações de performance de operação e manutenção previstas em contrato de concessão, registra-se também uma receita de remuneração sobre o ativo de contrato utilizando a taxa implícita definida no início de cada projeto obtida após a alocação das margens de construção e de operação e manutenção.

- e. Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. Os tributos correntes que são mensurados ao valor esperado a ser pago as autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%.

Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

Conforme orientações do ICPC 22 - Tributos sobre o Lucro, a Companhia avaliou se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2023, não há incerteza quanto aos tratamentos tributários sobre o lucro apurados pela Companhia;

- f. Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis.

Notas Explicativas

- g. Receita Operacional** - as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

As receitas operacionais da Companhia são:

- **Receita de operação e manutenção:** refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade da infraestrutura de transmissão.
 - **Remuneração do ativo de contrato:** refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo de contrato, determinada na data de início de cada contrato de concessão e não sofre alteração posterior. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa que varia entre 3% e 8% ao ano;
 - **Ganho de eficiência na implementação da infraestrutura:** refere-se aos ganhos que podem ser auferidos com certo grau de confiabilidade durante a construção da infraestrutura e também na energização do projeto, por refletirem algumas eventuais variações positivas ou negativas, tais como economias Capex na fase conclusão ou revisão positiva da RAP considera inicialmente no fluxo de recebimento e entrada em operação antecipada em relação ao prazo da ANEEL; e
 - **Receita de construção e margem de construção:** refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de construção são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se a margem estimada para cada projeto e as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento.
- i. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante)** - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- j. Demonstração do valor adicionado** - preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

3.2 Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo IASB - International Accounting Standards Board

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
Alterações ao IAS 1	Passivos não circulantes com covenants	1º de janeiro de 2024
Alterações IAS 7 e IFRS 7	Acordos de financiamento de fornecedores	1º de janeiro de 2024
IFRS 16	Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and leaseback"	1º de janeiro de 2024

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2023, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante	1º de janeiro de 2023
IAS 12	Impostos Diferidos ativos e passivos decorrentes de uma única	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	1º de janeiro de 2023
IFRS 17	Contratos de Seguros	1º de janeiro de 2023

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informação por segmento

A Companhia atua no segmento econômico de transmissão de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

5. Caixa, equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1 Caixa e equivalentes de caixa

A carteira de aplicações financeiras foi constituída por Certificados de Depósito Bancário (CDB's) e Operações Compromissadas. Não houve rentabilidade média ponderada da carteira em 2023 (91,4% do CDI em 2022).

	2023	2022
Caixa e depósitos bancários à vista	8.899	254
Aplicações financeiras de liquidez imediata ⁽¹⁾ :		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	1.223
Compromissada	-	6.050
Total caixa e equivalentes de caixa - circulante	8.899	7.527

⁽¹⁾ As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

Notas Explicativas

5.2 Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Certificados de Depósito Bancário (CDB's), fundo de renda fixa e a Letras financeiras. A rentabilidade média ponderada da carteira equivale a 98,8% do CDI (96,8% do CDI em 2022).

	2023	2022
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	43.138	43.001
Fundos de investimentos exclusivos ⁽¹⁾		
Central de Crédito Bancário (CCB)	260	-
Compromissadas	2.893	-
Fundo de Renda Fixa	9.753	-
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	1.115	-
Letra Financeira (LF)	2.809	-
Recursos Vinculados	15.928	15.900
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados ⁽²⁾	75.896	58.901
Circulante	16.830	-
Não Circulante	59.066	58.901

⁽¹⁾ Fundo de investimentos exclusivos, inclui aplicações em CCB, Compromissadas, Fundos de Renda Fixa, LFT e LF são remuneradas 103,5% do CDI Fundo BTG Zona da Mata.

⁽²⁾ Inclui R\$59.066 (R\$58.901 em 2022) referente a garantia de debentures.

6. Concessionárias e permissionárias

	2023	2022
Concessionárias e Permissionárias	23.058	19.807
Concessionárias e Permissionárias - partes relacionadas	148	123
Total - circulante	23.206	19.930

7. Tributos a recuperar

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro, e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuadas a maior, que serão recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com a forma prevista na legislação tributária vigente aplicável.

	2023	2022
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	5.117	2.102
Contribuição Social sobre o Lucro - CSLL	1.899	430
Contribuições ao PIS e a COFINS	266	582
Outros	230	-
Total - circulante	7.512	3.114

8. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

Notas Explicativas

	2023	2022
Ativo		
Prejuízos fiscais	29.731	29.731
Base negativa da contribuição social	10.703	10.703
Diferenças Temporárias:		
Imposto de Renda	5.635	14.557
Contribuição Social	2.028	5.241
Total - ativo não circulante	48.097	60.232
Passivo		
Imposto de Renda	227.771	213.082
Contribuição Social	81.997	76.710
Total - passivo não circulante	309.768	289.792
Total líquido - passivo não circulante	(261.671)	(229.560)

As diferenças temporárias são como segue:

	2023		2022	
	Base de cálculo	IRPJ + CSLL	Base de cálculo	IRPJ + CSLL
Ativo				
Prejuízos fiscais	118.923	29.731	118.924	29.731
Base negativa da contribuição social	118.923	10.703	118.924	10.703
Provisões para riscos (fiscais, cíveis e trabalhistas)	11.916	4.051	47.606	16.186
Outras provisões (honorários e outros)	10.623	3.612	10.623	3.612
Total ativo não circulante	260.385	48.097	296.077	60.232
Passivo				
Concessão do serviço público - ativo de contrato	(911.082)	(309.768)	(852.330)	(289.792)
Total passivo não circulante	(911.082)	(309.768)	(852.330)	(289.792)
(passivo) líquido	(650.697)	(261.671)	(556.253)	(229.560)

Realizações dos créditos fiscais diferidos são como segue:

Exercícios	Total
2025	3.017
2026	3.803
2027	5.627
2028	5.466
2029 e 2030	11.314
Após 2031	18.870
Total	48.097

Em 2023 e 2022 a despesa de imposto de renda e contribuição social, apropriada no resultado do exercício, foi apurada pelo regime de tributação de lucro real, conforme segue:

	2023	2022
Resultados antes dos tributos sobre o lucro	94.867	168.918
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social calculados às alíquotas fiscais combinadas	(32.255)	(57.432)
Incentivos fiscais - Pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica ⁽¹⁾	172	-
Outros incentivos fiscais e despesas indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(28)	(1.778)
Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro	(32.111)	(59.210)
Alíquota efetiva	33,85%	35,05%

⁽¹⁾ Refere-se aos investimentos realizados em projetos de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica em conformidade com a Lei nº 11.196/2005.

Notas Explicativas

9. Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Gemini Energy S/A (85,04% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das seguintes companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Gemini Energy S/A:		
• Linhas de Taubaté Transmissora de Energia S/A;	LTTE	Transmissão de energia
• Linhas de Xingu Transmissora de Energia S/A;	LXTE	Transmissão de energia
• Linhas de Itacaiúnas Transmissora de Energia S/A; e	LITE	Transmissão de energia
• Plena Operação e Manutenção de Transmissoras de Energia Ltda.	POMTE	Serviços

A Gemini Energy S/A é controlada pela Energisa Transmissão S/A, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A por meio das participações nas sociedades Rede Energia Participações, Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias:

	Sigla	Ramo de atividade
Controladas diretas da Energisa S/A:		
• Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A;	EPB	Distribuição de energia
• Energisa Minas Rio - Distribuidora de Energia S/A;	EMG	Distribuição de energia
• Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A;	ERO	Distribuição de energia
• Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A;	ESE	Distribuição de energia
• Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A;	EAC	Distribuição de energia
• Energisa Soluções S/A;	ESOL	Serviços
• Energisa Comercializadora de Energia Ltda;	ECOM	Comercialização de energia
• Voltz Capital S/A;	VOLTZ	Serviços
• Alsol Energias Renováveis S/A;	ALSOL	Geração distribuída
• Energisa Geração Central Solar Rio Peixe I S/A;	EGCS-RP1	Parque Solar
• Energisa Geração Central Solar Rio Peixe II S/A.;	EGCS-RP2	Parque Solar
• Energisa Biogás S/A.;	EBG	Holding
• Energisa Distribuição de Gás S/A; e	EDG	Holding
• Energisa Participações Nordeste S/A.	EPN	Holding

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:

• Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;	EPA I	Transmissão de energia
• Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;	EGO I	Transmissão de energia
• Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;	EPA II	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;	ETT	Transmissão de energia
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A;	EAM	Transmissão de energia
• Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A;	ETT II	Transmissão de energia
• Energisa Paranaíba Transmissora de Energia S/A;	EPTE	Transmissão de energia
• Energisa Amapá Transmissora de Energia S/A;	EAP	Transmissão de energia
• Gemini Energy S/A;	GEMINI	Holding
• Nova Gemini Transmissão de Energia S/A;	NOVA GEMINI	Holding
• Energisa Amazonas Transmissora de Energia II S/A;	EAM II	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IV S/A;	ETE IV	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia V S/A;	ETE V	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VII S/A;	ETE VII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia VIII S/A; e	ETE VIII	Transmissão de energia
• Energisa Transmissão de Energia IX S/A.	ETE IX	Transmissão de energia

Controladas diretas da Rede Energia Participações S/A

• Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A;	EMT	Distribuição de energia
• Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A;	EMS	Distribuição de energia
• Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A;	ETO	Distribuição de energia
• Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A;	ESS	Distribuição de energia
• Multi Energisa Serviços S/A;	MULTIENERGISA	Serviços
• Rede Power do Brasil S/A;	REDE POWER	Holding
• Companhia Técnica e Comercialização de Energia; e	CTCE	Comercialização de energia
• QMRA Participações S/A.	QMRA	Holding

Controladas diretas da Alsol Energias Renováveis S/A:

Notas Explicativas

	Sigla	Ramo de atividade
• Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda;	LARALSOL	Geração de energia distribuída
• URB Energia Limpa Ltda;	URB	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica I S/A;	REENERGISA I	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica II S/A;	REENERGISA II	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica III S/A;	REENERGISA III	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica IV S/A;	REENERGISA IV	Geração de energia distribuída
• Reenergisa Geração Fotovoltaica VI S/A;	REENERGISA VI	Geração de energia distribuída
• Renesolar Engenharia Elétrica Ltda;	RENESOLAR	Geração de energia distribuída
• Flowsolar Engenharia Elétrica Ltda; e	FLOWSOLAR	Geração de energia distribuída
• Carbonsolar Engenharia Elétrica Ltda.	CARBONSOLAR	Geração de energia distribuída

Controladas diretas da Energisa Soluções S/A:

• Energisa Soluções Construções e Serviços em Linhas e Redes S/A.	ESOLC	Serviços
---	-------	----------

Controlada direta da Energisa Biogás S/A:

• Agric Adubos e Gestão de Resíduos Industriais e Comerciais S/A	AGRIC	Usina de compostagem
--	-------	----------------------

Controlada direta da Energisa Distribuição de Gás S/A

• Companhia de Gás do Espírito Santo - ES Gás	ESGAS	Produção Gás
---	-------	--------------

As transações com partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Serviços contratados (despesas)	Receita com transmissão de energia ⁽¹⁾	Saldo a pagar (fornecedores)	Saldos a receber ⁽¹⁾
ESOL ⁽²⁾	(22.954)	-	(5.260)	-
ESA ⁽³⁾	(2.685)	-	(1.371)	-
ESS	-	644	-	21
ETO	-	362	-	11
EMT	-	1.400	-	43
ESE	-	367	-	12
EMS	-	922	-	28
EPB	-	759	-	22
EMR	-	110	-	-
ERO	-	381	-	11
EAC	-	78	-	-
2023	(25.639)	5.023	(6.631)	148
2022	-	2.625	-	123

⁽¹⁾ Refere-se a serviços prestados de transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição.

⁽²⁾ Refere-se a serviços contratados de Operação e Manutenção.

⁽³⁾ **Serviços compartilhados de rotinas administrativas** - refere-se a prestação de serviços complementares de rotinas administrativas aos processos de suprimentos, recursos humanos, infraestrutura administrativa, finanças, contabilidade, faturamento e telefonia e redes. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. O contrato de compartilhamento foi aprovado pela Aneel e firmado em 23 de outubro de 2023 com prazo de validade de 53 meses, podendo ser renovado mediante aditivo contratual; e

Serviços de informática e licenciamento de softwares - contrato de prestação de serviços de informática e licenciamento de softwares, firmado em 01 de novembro de 2023 com vencimento em 31 de outubro de 2026 no valor total de R\$1.994, correspondente ao período de 36 meses, referente: (i) serviços de implantação (migração de sistemas GEMINI); (ii) intercompany ERP (manutenção de licenças e infraestrutura de TI); (iii) infraestrutura de TI (licenciamento e ativos DC principal e contingência); (iv) sustentação (sistemas, infraestrutura e serviços de campo). A operação foi contratada refletindo as condições vigentes à época da contratação, de acordo com as boas práticas de mercado com anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através do Despacho nº 812, em 24 de março de 2022.

Notas Explicativas**Remuneração dos administradores**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não realizou o pagamento de remuneração aos administradores.

	2022
Remuneração da Diretoria	21.685
Outros Benefícios ^(*)	4.598

(*) Inclui, encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuída a dirigentes e conselheiros, relativas ao mês de dezembro de 2022, foram de R\$45 e R\$34. A remuneração média no exercício findo em dezembro de 2022 foi de R\$38

10. Concessão de serviço público (Ativo de contrato)

Os ativos de contrato incluem os valores a receber referentes aos serviços da implementação da infraestrutura e da receita de remuneração dos ativos de concessão, sendo mensurados ao valor presente dos fluxos de caixa futuros, com base na taxa média de financiamento do projeto quando da formalização do contrato de concessão, conforme normas do CPC 47.

A concessão da Companhia de transmissão por não ser onerosa, não possui obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao Poder Concedente. Ao final do contrato de concessão, todos os bens e instalações passarão a ser de propriedade da União.

Conforme previsto pelo CPC47/IFRS 15, a Companhia passou a avaliar um ativo de contrato quanto à redução ao valor recuperável de acordo com o CPC48/IFRS 9, onde para o exercício findo em dezembro de 2023 não foi identificado necessidade de registro de provisão para redução ao valor recuperável para o ativo de contrato.

Descrição	
Linhas de Transmissão	LT 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá e LT 500 kV Jurupari - Oriximiná C1 e C2
Margem de construção	0% a 5%
Margem de operação e manutenção	8,19%
Taxa de remuneração ⁽¹⁾	3 a 8%
Índice de correção do contrato	IPCA
Custos incorridos	4.800
RAP anual	154.858

⁽¹⁾ A taxa utilizada para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, que reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, cuja composição observou os valores à época da realização do investimento.

Segue as movimentações do ativo de contrato ocorrida no período:

Ativo de Contrato de Concessão	2023	2022
Saldos iniciais	2.039.152	1.837.370
Receita de remuneração do ativo de contrato	156.911	349.312
Receita das margens da obrigação de performance de construção	58	-
Receita de operação e manutenção	12.555	7.441
Ganhos/perdas de eficiência na implementação da infraestrutura	(3.718)	-
Receita de construção da infraestrutura	8.517	-
Recebimento RAP ⁽¹⁾	(169.778)	(154.971)
Saldos Finais	2.043.697	2.039.152
Circulante	163.739	157.312
Não Circulante	1.879.958	1.881.840

⁽¹⁾ A resolução homologatória da ANEEL nº 3.216 de 4 de julho de 2023 estabelece as receitas anuais permitidas (RAP) para o ciclo 2023-2024, reajustando a RAP pelo IPCA em 3,93%.

Notas Explicativas**11. Fornecedores**

	2023	2022
Fornecedores de Materiais	490	-
Fornecedores de Serviços	25.949	2.519
Total ⁽¹⁾	26.439	2.519
Circulante	14.618	2.519
Não Circulante	11.821	-

⁽¹⁾ Referem-se às aquisições de materiais e serviços necessários à realização de melhorias e operação e manutenção das Linhas de Transmissão.

12. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívida está demonstrada a seguir:

	2022	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	2023
Mensuradas ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	163.182	(14.979)	(12.043)	11.919	148.079
Total ao custo amortizado	163.182	(14.979)	(12.043)	11.919	148.079
Circulante	15.884				15.761
Não circulante	147.298				132.318

	2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	2022
Mensurados ao custo amortizado					
Moeda Nacional					
Pré Fixado	174.851	(11.005)	(14.005)	13.341	163.182
Total ao custo amortizado	174.851	(11.005)	(14.005)	13.341	163.182
Circulante	12.574				15.884
Não circulante	162.277				147.298

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Empresa / Operação	Total		Encargos Financeiros a.a.	Vencimento	Periodicidade Amortização	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾	Covenants ⁽²⁾
	2023	2022						
LMTE X BASA - CCB 007-10/0062-3	174.851	163.182	8,5%	out/33	Mensal a partir de abr/22	8,5%	R + S	ICSD
Total em Moeda Nacional	174.851	163.182						

⁽¹⁾ Garantias: CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações da concessionária e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas-Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$43.138 em 2023, (R\$15.900 em 2022).

R = Recebíveis e S = Seguro

Condições de covenants

⁽²⁾ O empréstimo e financiamento possui cláusula restritiva, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,3x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

Notas Explicativas

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, as demais exigências contratuais foram cumpridas.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Vencimentos:

Em 31 de dezembro de 2023, os financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Total
2025	14.979
2026	14.979
2027	14.979
2028	14.979
Após 2028	72.402
Total	132.318

13. Debêntures

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	2022	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	2023
Mensuradas ao custo amortizado					
Pós Fixado					
TJLP	510.119	(66.177)	(5.056)	39.409	478.295
(-) Custo com captação	(7.701)	-	-	985	(6.716)
Total ao custo amortizado	502.418	(66.177)	(5.056)	40.394	471.579
Circulante	64.674				68.205
Não circulante	437.744				403.374

	2021	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	2022
Mensuradas ao custo amortizado					
TJLP	537.010	(61.672)	(5.414)	40.195	510.119
(-) Custo com captação	(8.665)	-	-	964	(7.701)
Total ao custo amortizado	528.345	(61.672)	(5.414)	41.159	502.418
Circulante	60.666	-	-	-	64.674
Não circulante	467.679	-	-	-	437.744

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos a.a.	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias ⁽¹⁾ e 2)	Covenants
	2023	2022								
Debentures 1ª Emissão	478.295	510.119	27/01/2012	569.568.025 / 569.568.025	TJLP + 1,00%	out/30	Semestral a partir de abr/15	7,00%	SG	NA
(-) Custos de captação	(6.716)	(7.701)								
Total	471.579	502.418								

(1) Garantias: CRSD equivalente a 3x o último serviço da dívida mensal. Penhor de 100% das ações da concessionária e dos direitos emergentes da concessão, incluindo as Contas - Reservas, mantidas na rubrica de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados no montante de R\$43.138 em 2023 (R\$15.900 em 2022).

(2) As debêntures da 1ª emissão possuem cláusulas de conversibilidade das ações e garante a Companhia o direito de comprar estas mesmas ações, a qualquer tempo, pelo preço de conversão das ações, conforme condições descritas na escritura pública de emissão das debêntures. A Companhia mensurou o valor justo do instrumento de opção de compra, conforme definido na escritura das debêntures, e na melhor estimativa efetuada pela Administração, em 31 de dezembro de 2023, não há montante a reconhecer deste instrumento.

Notas Explicativas**Condições de covenants**

As Debentures possuem cláusulas restritivas, que em geral requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, conforme abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
ICSD	Maior ou igual a 1,2x, com base nas demonstrações contábeis regulatórias auditadas	Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2023, as exigências contratuais foram cumpridas.

Em 31 de dezembro de 2023, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	Total
2025	67.202
2026	67.202
2027	67.202
2028	67.202
Após 2028	134.566
Total	403.374

Os principais indicadores utilizados para a atualização das debentures tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos períodos:

Moeda/indicadores	2023	2022
TJLP	7,05%	6,78%

14. Impostos e contribuições sociais

	2023	2022
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	245	-
Contribuições ao PIS e à COFINS (*)	189.694	189.835
Encargos Sociais	1.001	260
Imposto Sobre Serviços - ISS	471	61
Impostos e Contribuições Retidos na Fonte (IRRF, PIS/COFINS/CSLL)	232	208
Outros	844	7.988
Total	192.487	198.352
Circulante	3.445	9.730
Não circulante	189.042	188.622

(*) PIS e COFINS corrente e diferidos reconhecidos sobre o ativo de contrato, a serem recolhidos na proporção do recebimento da RAP - Receita Anual Permitida.

15. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais, regulatórias e ambientais

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória e ambiental.

15.1 Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do período. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos

Notas Explicativas

e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada.

Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável. A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórias	2023	2022
Saldos iniciais - não circulante	153	3.503	40.694	7.679	5.468	57.497	12.310
Provisões de contingências	177	16	-	-	-	193	51.481
Reversões de provisões	(155)	-	(36.188)	-	(613)	(36.956)	(8.520)
Pagamentos realizados	(151)	(591)	-	-	-	(742)	-
Atualização	5	140	702	311	657	1.815	2.226
Transferência	-	179	-	-	-	179	-
Saldos finais - não circulante	29	3.247	5.208	7.990	5.512	21.986	57.497

Trabalhistas

Ações envolvendo discussão sobre indenizações por danos morais.

Cível

Processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica.

FiscalPrincipal processo

Mandado de Segurança 0006439-63.2014.8.14.0004, com valor de R\$35.299 (R\$31.176 em 2022) impetrado em 19.12.2014 em razão de ato coator praticado pela Secretária de Fazenda do Município de Almeirim/PA sobre a cobrança do crédito tributário objeto do auto de infração nº 004/2014, lavrado para exigir ISS sobre a suposta contratação de serviços para construção de linha de transmissão de energia elétrica. Em agosto 2023, o processo teve o prognóstico alterado para remoto, tendo como base a prescrição do crédito tributário.

Regulatória

Processos envolvendo o pedido de suspensão da aplicação de PVS à Companhia pelo atraso na entrada em operação das instalações de transmissão e suspensão dos descontos no pagamento das concessionárias, vinculado à aplicação de resolução normativa ANEEL 270/2007.

15.2 Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhista, cível, fiscal, regulatório e ambiental em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Notas Explicativas

Abaixo demonstrativo das movimentações dos processos classificados com prognóstico de perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	2023	2022
Saldos iniciais	-	142.050	5.301	17.332	164.683	173.684
Novos processos	153	47.477	-	-	47.630	70.004
Mudanças de prognóstico	-	196	(319)	(17.532)	(17.655)	(38.285)
Encerramento de processos	-	(469)	-	-	(469)	(49.626)
Atualização	15	6.263	641	200	7.119	8.906
Saldos finais	168	195.517	5.623	-	201.308	164.683

Cível

As ações judiciais de natureza cível, referem-se, em sua grande maioria a processos relacionados a indenização decorrente da sua própria atividade, isto é, operar e manter suas linhas de transmissão, subestações e equipamentos nos termos do contrato de concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, além de ações consumeristas no montante de R\$119.282 (R\$69.738 em 2022), onde se discute demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03).

Principais processos:

Empresa	Tipo de Ação	Nº Processo/ação	Objeto	2023	2022
LMTE	Ação Criminal	1008725-07.2020.4.01.3100	Em curso na 4ª Vara Federal Criminal de Macapá, foi instaurado pela Polícia Federal do Amapá para apurar possível(eis) ocorrência(s) prevista(s) no(s) artigos 250, §2º (incêndio culposo), e artigo 265 (atentar contra a segurança ou funcionamento de serviço de utilidade pública) do Código Penal Brasileiro, além de outras que porventura sejam constatadas no curso da investigação, também relacionadas à interrupção no fornecimento de energia elétrica no Estado do Amapá.	74.838	71.926

Fiscal

As ações de natureza tributária referem-se basicamente às discussões sobre não reconhecimento de compensações (PER/DCOMP) envolvendo saldo negativo de IRPJ decorrentes do IRRF durante o ano calendário 2011.

16. Patrimônio líquido**16.1 Capital Social**

O capital social é de R\$667.013 (R\$667.013 em 2022) representando 667.013.209(667.013.209 em 2022) ações ordinárias, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do país, conforme composição abaixo:

	Ordinárias
Gemini Energy S.A.	567.260.000
Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA	99.753.209
	667.013.209

16.2 Reserva de Lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas

16.3 Reserva especial de dividendos

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de reserva é de R\$186.047 (R\$186.047 em 31 de dezembro de 2022), que de acordo com os termos do Art. 202 § 4º e 5º da Lei nº 6.404/76, se estes montantes não forem absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes, deverão ser pagos como dividendos assim que a situação financeira da Companhia permitir.

Em 11 de março de 2024, o Conselho de Administração aprovou a deliberação dos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2023, no montante de R\$29.809, para a reserva especial de dividendos, conforme artigo 202, parágrafo 4º e 5º, da Lei nº 6.404/76.

16.4 Reserva lucros - reserva de retenção de lucros

O montante destinado para a reserva de retenção de lucros no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi de R\$52.112, e foram retidos com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração.

16.5 Reserva lucros - orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo de reserva de orçamento de capital foi de R\$29.809, que foram retidos com base no orçamento de capital a ser aprovado em Assembleia Geral Ordinária.

16.6 Dividendos

O Estatuto Social determina a distribuição de um dividendo obrigatório de 50% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, calculados conforme segue:

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	62.756	109.708
Reserva legal - 5%	(3.138)	(5.484)
Lucro líquido ajustado	59.618	104.224
Dividendos obrigatórios (50%)	29.809	52.112
Reservas de lucros	29.809	52.112
Total	29.809	52.112
% de dividendos sobre o lucro líquido ajustado	50%	50%

17. Receita operacional

Descrição	2023	2022
Receita de construção da infraestrutura	8.517	-
Receita de remuneração do ativo de contrato	156.911	349.312
Receita das margens da obrigação de performance de construção	58	-
Ganho (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(3.718)	-
Receita de operação e manutenção	12.555	7.441
Outras receitas	21.252	10.248
Total de receita operacional bruta	195.575	367.001
Deduções da receita operacional		
PIS corrente	(3.152)	(2.493)
PIS diferido	(75)	(3.329)
COFINS corrente	(14.518)	(11.483)
COFINS diferido	(345)	(15.336)
Programa de Desenvolvimento Energético (P&D)	(5.664)	(2.995)
Taxa de fiscalização	(583)	(1.673)
Total da Deduções da receita	(24.337)	(37.309)
Receita operacional líquida	171.238	329.692

Notas Explicativas

18. Custos e Despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gastos:

Natureza do Gasto	Custo de operação	Despesas Gerais e Administrativas	2023	2022
Pessoal e administradores	1.651	1.561	3.212	13.724
Entidade de previdência privada	23	43	66	29
Material	2.449	27	2.476	663
Serviços de terceiros	26.251	21.138	47.389	42.939
Depreciação e amortização	66	85	151	331
Provisões para riscos	-	(36.763)	(36.763)	42.961
Custo de construção	4.809	-	4.809	8.449
Outros	4.002	3.393	7.395	(4.756)
	39.251	(10.516)	28.735	104.340

19. Receitas e Despesas financeiras

	2023	2022
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	7.042	5.068
Tributos sobre Receita Financeira	(333)	-
Outras receitas financeiras	115	271
Total receitas financeiras	6.824	5.339
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas - juros	(17.961)	(54.500)
Encargos de dívidas - variação monetária	(34.352)	-
Atualização de contingências	(1.815)	(2.226)
Despesas com IOF	(37)	(37)
Outras despesas financeiras	(295)	(5.010)
Total despesas financeiras	(54.460)	(61.773)
Receitas (despesas) financeiras líquidas	(47.636)	(56.434)

20. Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado com base no resultado do exercício atribuível e a respectiva média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação.

	2023	2022
Lucro líquido do exercício	62.756	109.708
Média ponderada de número de ações	667.013	667.013
Lucro líquido básico por ação em Reais - R\$^(*)	0,09	0,16

(*) A Companhia possui debêntures conversíveis em ações e opções de compra destas mesmas ações, conforme divulgado na nota explicativa nº 13, e, portanto, seu exercício teria efeito antidiluidor. Por esse motivo, o resultado diluído por ação equivale ao resultado básico por ação.

21. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos

Notas Explicativas

adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2023	2022
Auto Frota	23/10/2024	Até 1.110/veículo	3	3
Responsabilidade Civil Geral	13/06/2024	30.000	14	19
Riscos Operacionais	13/06/2024	120.000	2.420	1.372
Vida em grupo e acidentes pessoais	31/01/2026	1.422	5	-
Responsabilidade civil administradores e diretores (D&O)	05/03/2024	75.000	2	-
Transporte nacional	04/04/2024	Até 5.000/viagem	1	-
Judicial Execução Fiscal	18/11/2023	5.069	101	101
			2.546	1.495

22. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos**Hierarquia de valor justo**

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Ativos</u>					
Custo amortizado:					
Caixa e equivalente de caixa		8.899	8.899	7.527	7.527
Concessionárias e Permissionárias		23.206	23.206	19.930	19.930
		32.105	32.105	27.457	27.457
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto	2	75.896	75.896	58.901	58.901
		75.896	75.896	58.901	58.901

	Nível	2023		2022	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
<u>Passivo</u>					
Custo amortizado:					
Fornecedores		26.439	26.439	2.519	2.519
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		619.658	619.658	665.600	665.600
		646.097	646.097	668.119	668.119

As suas características operacionais e a sua estrutura patrimonial colocam a Companhia em um ambiente em que o risco de mercado é extremamente baixo. Em virtude dessas condições, a Administração entende ser desnecessária a utilização de instrumentos financeiros derivativos. Em 2023, o valor contábil dos ativos e passivos financeiros representam aproximadamente os valores de mercado.

Os passivos financeiros são classificados integralmente como passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado (rubrica fornecedores). Os ativos financeiros são classificados integralmente como recebíveis (rubricas caixa e equivalentes de caixa).

Notas Explicativas

Administração financeira de riscos

A Diretoria tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de risco de capital

O índice de endividamento no final dos exercícios são:

	2023	2022
Dívida ⁽¹⁾	619.658	665.600
Caixa equivalentes de caixa	(8.899)	(7.527)
Dívida líquida	610.759	658.073
Patrimônio líquido	1.016.528	983.581
Índice de endividamento - líquido	0,60	0,67

⁽¹⁾ A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados considerando os vencimentos contratuais futuros. Não é esperado que possam ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Taxa média de juros efetiva ponderada	Até 6 meses	6 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores		14.618	-	-	-	11.821	26.439
Empréstimos financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	7,91%	50.749	51.771	208.357	222.544	319.134	852.555
Total		65.367	51.771	208.357	222.544	330.955	878.994

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

O montante de caixa, representado pela RAP vinculada às instalações de rede básica e demais Instalações de Transmissão - DIT é definida, nos termos da legislação vigente, pela ANEEL. As transmissoras são remuneradas pela disponibilização do sistema de transmissão e eventual racionamento da energia não trará impacto sobre a receita e respectivo recebimento.

Notas Explicativas

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancário e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Risco de crédito

É baixo o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores em transações com empresas relacionadas. A exposição máxima ao risco de crédito da Companhia é o valor do saldo de fornecedores. A mitigação desse risco ocorre com a aplicação de procedimentos de monitoramento das operações realizadas pelas empresas relacionadas.

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito, conforme apresentado abaixo:

	Nota	2023	2022
Ativos			
Caixa e equivalente de caixa	5.1	8.899	7.527
Concessionárias e permissionárias	6	23.206	19.930
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	75.896	58.901

Risco de mercado: taxa de juros

Os empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 12 e 13, é composta de financiamentos obtidos junto instituições através de emissões no do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realiza análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2023 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam os apresentados na tabela abaixo, caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) ⁽¹⁾	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	75.896	Alta CDI	6.831	8.539	10.247
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	(478.295)	Alta TJLP	(31.328)	(39.160)	(46.992)
Subtotal (2)	(478.295)		(31.328)	(39.160)	(46.992)
Total -perdas (2)	(402.399)		(24.497)	(30.621)	(36.745)

⁽¹⁾ Considera o CDI de 31 de dezembro de 2024 (9,00% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2023 e TJLP 6,55% ao ano.

⁽²⁾ Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R\$148.079.

Notas Explicativas

23. Benefícios pós-emprego

Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados na modalidade de contribuição definida. Nesta modalidade, os benefícios de riscos são totalmente terceirizados com seguradora e não está sujeito à avaliação atuarial para mensuração e reconhecimento de obrigação de benefício futuro no âmbito do CPC 33(R1).

A administração dos planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social - Secretaria de Previdência Complementar.

O plano de benefício patrocinados pela Companhia no exercício de 2023:

Plano	Modalidade do plano	Status	Data Instituição	Benefício
Plano Energisa CD	CD	Aberto	07/04/2017	- Aposentadoria; - Benefício por invalidez; - Pensão por morte.

Os planos têm seu custeio compartilhado entre Participantes e Patrocinadora, considerando a participação definida em cada regulamento.

No exercício, a despesa de patrocínio ao plano foi de R\$45, registrada na rubrica de benefícios pós-emprego na demonstração de resultado do exercício.

Número de participantes/beneficiários

Atualmente apenas o Plano Energisa CD está aberto para novas adesões e o número de participantes do plano vinculado à patrocinadora LMTE está apresentado a seguir:

	Quantidade	
	2023	2022
Ativos	4	6
Total	4	6

24. Meio ambiente (*)

Na implantação e operação dos ativos de transmissão da Companhia são realizados todos os cuidados ambientais necessários para evitar e/ou mitigar os impactos socioambientais inerentes ao empreendimento, traduzidos em programas específicos, validados junto aos órgãos ambientais licenciadores. Ressalta-se ainda que os programas e projetos socioambientais desenvolvidos estão alinhados ao desenvolvimento sustentável da região. Merecem atenção algumas ações as quais são destacadas abaixo:

1. Programa de Gestão Ambiental da Operação - O objetivo geral do Programa de Gestão Ambiental da Operação é dotar o empreendimento de uma estrutura eficiente capaz de avaliar e gerir de forma constante as ações da operação sob a ótica ambiental, apresentando resultados e indicando medidas de controle ambiental da operação da Linha de Transmissão LTs 500 kV Jurupari - Oriximiná C1 e C2 e LTs 230 kV Jurupari - Laranjal - Macapá

2. Controle e Monitoramento de Processos Erosivos - Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação, cujo desdobramento de ações tem por objetivo estabelecer e padronizar atividades preventivas e corretivas que visem promover o controle e monitoramento dos processos erosivos que possam ocorrer durante a operação do empreendimento. As ações propostas são empregadas tanto nos pontos onde há erosão ocorrendo bem como na prevenção ao surgimento de novos processos erosivos.

Notas Explicativas

3. Gestão de Resíduos Sólidos - o Ações previstas no âmbito do Programa de Gestão Ambiental da Operação e tem por objetivos reduzir a geração de resíduos na fonte primária, adequar a segregação na origem e assegurar o correto manuseio, armazenamento temporário e destinação final dos resíduos sólidos ou disposição final de rejeitos, de modo a controlar e minimizar riscos ao meio ambiente, aos trabalhadores e às comunidades próximas ao empreendimento.

4. Programa de Comunicação Social - programa busca estabelecer um fluxo de comunicação e informação entre os mais diversos públicos e o empreendedor, por meio da utilização de estratégias e canais de comunicação eficazes, utilizando linguagem clara, permitindo, então, o compartilhamento de informações de forma sistemática e transparente, visando reduzir ao máximo os conflitos potenciais e problemas relacionados à instalação do empreendimento.

A Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Licenças expedidas pela Companhia				
Empresa	Órgão licenciador	Licenças Operação (LO) ou Instalação (LI)	Data Emissão	Vencimento
LMTE	IBAMA	LO 1161/2013	12/06/2013	13/06/2025
LMTE	IBAMA	LO 1218/2014	19/06/2023	19/06/2029

No exercício findo de 31 de dezembro de 2023, os montantes investidos nesses programas e práticas totalizaram R\$2.499.

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

25. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de dezembro de 2023, as movimentações patrimoniais que não afetaram os fluxos de caixa da Companhia, são como seguem:

	2023	2022
Outras transações não caixa		
Remuneração do ativo de contrato da concessão	156.910	349.312
Receita de margem da obrigação de performance de construção	58	-
Ganho ou (perda) de eficiência na implementação da infraestrutura	(3.718)	-
Atividades operacionais		
Fornecedores a prazo	979	-
Atividades de investimentos		
Aplicações em linhas de transmissão de Energia	979	-
Atividades de financiamento		
Pagamento dividendos	-	(24.308)
Partes relacionadas	-	24.308

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, das Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards – IFRS") emitidas pelo "International Accounting Standards Board – IASB".

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principal assunto de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. O assunto descrito a seguir foi tratado no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esse assunto.

Mensuração do ativo contratual

Porque é um PAA (Principal Assunto de Auditoria)

Conforme descrito nas notas explicativas nº 3.1 e nº 10 às demonstrações financeiras, a concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo de concessão contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do pronunciamento técnico CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. Esse assunto foi considerado como significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos saldos envolvidos e o alto grau de julgamento e complexidade. A mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfeita ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela Administração para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance. Esse assunto foi considerado como um principal assunto de auditoria devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração do ativo contratual e de suas respectivas receitas como um assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) avaliação do desenho e da implementação das atividades de controles internos da Companhia relacionados à mensuração do ativo de contrato de concessão; (ii) discussão das premissas utilizadas na mensuração do ativo de contrato de concessão com a Administração da Companhia; (iii) obtenção das planilhas de mensuração, preparadas pela Companhia, para confronto com os registros efetuados no sistema contábil e com a adequada mensuração e classificação do ativo de contrato de concessão; (iv) recálculo do ativo de contrato de concessão; (v) leitura e análise dos contratos de concessão; (vi) análise das políticas contábeis da Administração em comparação com os requerimentos do pronunciamento técnico CPC 47/IFRS 15; e (vii) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Como resultado dos procedimentos de auditoria relacionados à mensuração do ativo contratual, consideramos que os critérios de mensuração do ativo contratual e de suas respectivas receitas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas nº 3.1 e nº 10 às demonstrações financeiras são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

Ênfase

Incêndio nos transformadores da linha de transmissão

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 15 às demonstrações financeiras do exercício findo

em 31 de dezembro de 2023, na qual a Companhia divulga a discussão de demandas de cunho indenizatório decorrentes de prejuízos oriundos do incidente do dia 03 de novembro de 2020, devido a ocorrência de um curto-circuito interno culminou no incêndio do Transformador 01 - 230/69/13,8 kV (7TR01) da Subestação Macapá (SE Macapá), e, por sobrecarga, no desligamento automático do Transformador 03 - 230/69/13,8 kV (7TR03). Nossa opinião não contém modificação relacionada a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado ("DVA"), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de

conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8 "F" RJ

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC nº 1 RJ 065976/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia) sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2024.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Linhas de Macapá Transmissora de Energia S.A. ("Companhia) sobre o Parecer dos Auditores Independentes do exercício de 2023

Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos dos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.

Cataguases, 12 de março de 2024.

Gabriel Mussi Moraes
Diretor Presidente

Fernando Cezar Maia
Diretor Técnico

Maurício Perez Botelho
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Nicolas Juan Octavio Pinon de Manfredi
Diretor de Transmissão

Rodolfo da Paixão Lima
Diretor Contábil Tributário e Patrimonial
Contador - CRC RJ 107310-O "S" MG